



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

LACUNAS NA EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE EM CURSOS SUPERIORES DE GESTÃO

Cleiton Almeida da Silva¹; Erika Borges Ferreira²

¹Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, cleiton.almeida.ds@gmail.com

² Universidade Presbiteriana Mackenzie, erika.ferreira@mackenzie.br

GT 15 – Políticas Públicas de Educação Ambiental: planejamento, execução, monitoramento e avaliação de iniciativas estruturantes que fortaleçam as (r)existências

RESUMO

Diante das crescentes pressões ambientais e sociais que desafiam o modelo de desenvolvimento vigente, incorporar a mensuração e o reporte para sustentabilidade à formação de futuros gestores representa uma demanda urgente. Este estudo investiga a presença de temas relacionados à mensuração e ao reporte para sustentabilidade em currículos de cursos de gestão das principais universidades do país. Com base em uma abordagem documental, foram examinadas as ementas de 76 disciplinas, em dois grupos: (a) relacionadas a custos e (b) relacionadas a sustentabilidade. A análise avaliou a presença dos temas: (i) ferramentas de custeio e avaliação, (ii) iniciativas de reporte e (iii) normas internacionais. Os dados mostram que, apesar da presença desses eixos nos currículos, a abordagem é mais retórica, com foco em normas e relato externo, com pouca inserção de ferramentas para suporte à decisão. Conteúdos voltados à sustentabilidade são raros nas disciplinas de custos. Conclui-se que há necessidade de integrar currículos transversalmente, em especial nos componentes de base técnica, como é o caso das disciplinas de contabilidade e de custos.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Educação, Gestão Socioambiental, Contabilidade, Custos

Destaques (highlights)

- A sustentabilidade aparece nos currículos com foco discursivo e normativo
- Ferramentas para suporte à decisão, como CCFM e CCV, estão virtualmente ausentes
- Disciplinas de custos não integram temas de mensuração socioambiental.
- Há urgência em transversalizar a sustentabilidade nos cursos de gestão e negócios.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade tem adquirido crescente importância nas políticas públicas, na gestão organizacional e, mais recentemente, no ensino superior. Diante das crescentes pressões ambientais e sociais que desafiam o modelo de desenvolvimento vigente, a formação de profissionais comprometidos com práticas alinhadas aos princípios ambientais, sociais e de governança (ESG) é uma urgência.

As Instituições de Ensino Superior (IES) exercem papel dual na transição para uma sociedade sustentável: produzem e difundem conhecimento e preparam cidadãos críticos e responsáveis. Essa contribuição se manifesta pela inserção de conteúdos nos currículos e pelo desenvolvimento de competências ao longo da formação (Stough et al., 2018). A legislação brasileira reforça essa exigência ao estabelecer, por meio do art. 3 da Lei 9.795 (1999), a obrigatoriedade da educação ambiental integrada aos programas educacionais das instituições de ensino. Além disso, dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma agenda sustentável a ser alcançada até o ano de 2030, destaca-se o objetivo 4.7 que visa garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável.

Apesar desse cenário, estudos apontam a persistência de uma abordagem superficial ou periférica da sustentabilidade nos currículos, especialmente nas áreas de negócios e engenharia. Soma-se a isso a escassa colaboração científica entre países lusófonos, o que limita a consolidação do tema (Bizerril et al., 2018; Disterheft et al., 2013; Stough et al., 2018).

A cooperação interdisciplinar é apontada como uma das competências-chave para o desenvolvimento sustentável no ensino superior (Barth et al., 2007). Essa competência pressupõe a capacidade de compreender diferentes perspectivas profissionais, comunicar de forma acessível o conhecimento técnico especializado e colaborar na construção de uma base de conhecimento comum. Essa cooperação torna-se especialmente relevante para a integração da sustentabilidade em disciplinas técnicas e quantitativas, como aquelas voltadas a apoiar os processos de mensuração e evidenciação física e monetária de aspectos socioambientais.

É neste contexto em que áreas do conhecimento tradicionalmente técnicas, como a contabilidade e a gestão de custos, assumem um papel estratégico para o desenvolvimento sustentável. Esses campos do conhecimento oferecem instrumentos capazes de traduzir os princípios da sustentabilidade em métricas físicas e monetárias, viabilizando processos de



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

mensuração, evidenciação, *accountability* e gestão orientada para a sustentabilidade, a partir de dados objetivos e informações qualificadas.

Apesar desse potencial, a literatura aponta uma necessidade urgente de melhorar os currículos em relação a contabilidade para sustentabilidade (Cho & Costa, 2024; De Silva & Nilipour, 2024), bem como uma lacuna significativa na produção científica da área contábil sobre educação para sustentabilidade no Brasil (Rocha et al., 2022), o que revela a necessidade urgente de avanços na integração entre ensino, pesquisa e práticas de contabilidade para sustentabilidade.

Diante desse cenário, este estudo visa investigar a integração de ferramentas de custeio e avaliação, iniciativas de reporte e normas para sustentabilidade nos currículos de programas de graduação e pós-graduação em Administração, Ciências Contábeis e Engenharia de Produção. Para tanto, adota-se a seguinte problemática de pesquisa: "**em que medida temas relacionados à mensuração, avaliação e reporte para sustentabilidade estão incorporados às disciplinas de custos e de sustentabilidade no ensino superior brasileiro?**"

REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento sustentável tem sido amplamente debatido e adotado na abordagem estratégica das empresas preocupadas com impacto e resiliência. Diversos estudos recentes evidenciam ganhos em eficiência de recursos e competitividade por meio dessas práticas (Bierer et al., 2015; Burritt et al., 2019; Kokubu et al., 2023).

Apesar dos avanços, é fundamental reconhecer que o conceito de desenvolvimento sustentável não é uniforme. Na prática, coexistem visões que variam desde abordagens mais limitadas, focadas no controle de danos e ganhos de eficiência (sustentabilidade fraca), até perspectivas mais robustas, que entendem a sustentabilidade como a preservação dos estoques naturais e dos limites ecossistêmicos (sustentabilidade forte). Essa distinção não é apenas teórica, mas influencia diretamente o modo como as organizações definem, mensuram, analisam e incorporam os aspectos socioambientais (Disterheft et al., 2013).

Num contexto em que as organizações são cada vez mais pressionadas a mensurar e evidenciar seus impactos socioambientais, a contabilidade assume um papel central e diferentes abordagens e terminologias têm sido adotadas na interface entre contabilidade e sustentabilidade, variando conforme a finalidade e o público-alvo (Jasch, 2003).



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Para os públicos externos destacam-se o Relato Integrado – princípios básicos e elementos de conteúdo geral de reporte; o *Global Reporting Initiative* (GRI) – melhores práticas para reporte de impactos econômicos, ambientais e sociais; o Balanço Social – detalhamento da responsabilidade social da organização; e mais recentemente, os padrões emitidos pelo *Standard* (IFRS) S1 que define requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e o IFRS S2 que define requisitos gerais para divulgação relacionada às mudanças climáticas.

Já para o público interno destaca-se a abordagem da Contabilidade da Gestão Ambiental (CGA), voltada à geração de informações físico-monetárias destinadas a subsidiar decisões econômicas e ambientais e apontada como uma abordagem consolidada e eficaz para promover práticas sustentáveis. Ao longo das últimas décadas, a pesquisa acadêmica tem se concentrado na criação de ferramentas de CGA voltadas ao apoio de decisões gerenciais em contextos específicos, especialmente quanto à avaliação, gerenciamento de custos e ciclo de vida de produtos (Bierer et al., 2015; Burritt et al., 2019; Christ & Burritt, 2015; Jasch, 2003; Kokubu et al., 2023; Schaltegger & Zvezdov, 2015).

Casos analisados por Burritt et al. (2019) indicam que a adoção da CGA nas organizações ocorre de forma incremental e adaptada às necessidades específicas sem reconfigurar completamente o sistema contábil. É comum que as empresas iniciem em contextos gerenciais específicos e de fácil mensuração, com uso de uma ou poucas ferramentas, escolhidas conforme seus objetivos, prazos e prioridades. O estudo observa que o ponto de partida costuma ser a coleta de dados físicos e a avaliação de impactos ambientais de curto prazo.

Uma das principais aplicações da CGA se dá no campo da gestão de custos e produção. Na abordagem convencional, os custos ambientais costumam ser agregados aos custos indiretos, o que os torna invisíveis à gestão e leva à subestimação de sua magnitude e crescimento. A partir da lógica da CGA, esses custos podem ser identificados, mensurados e corretamente alocados, o que permite não apenas maior transparência, mas também a identificação de oportunidades de redução de custos e aprimoramento da gestão ambiental (Organização das Nações Unidas, 2001).

Contudo, a ausência de uma definição padronizada para custos ambientais representa um desafio já que esses custos podem incluir uma variedade de itens, como gastos com descarte, investimento, prevenção, controle, tratamento, monitoramento, reparação de danos, gestão

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

ambiental e, às vezes, até mesmo custos externos (Jasch, 2003; Organização das Nações Unidas, 2001).

A CGA proporciona alguma uma padronização para análise e a gestão de custos ambientais. Dentre as ferramentas discutidas na literatura recente destacam-se a Avaliação do Ciclo de Vida (ACV), o Custeio por Ciclo de Vida (CCV) e a Contabilidade dos Custos de Fluxos de Material (CCFM) que vêm apoiando decisões mais sustentáveis em organizações de diferentes portes, setores e regiões, com impactos econômicos e socioambientais expressivos (Bierer et al., 2015; Burritt et al., 2019; Kokubu et al., 2023; Schaltegger & Zvezdov, 2015).

A CCFM é uma ferramenta em destaque voltada à quantificação dos fluxos de materiais utilizando unidades físicas e monetárias. Essa abordagem parte do princípio de que todos os materiais adquiridos por uma organização devem, em algum momento, sair do sistema produtivo como produto ou resíduo (emissões atmosféricas, efluentes líquidos, resíduos sólidos e químicos etc.). Nesse contexto, a CCFM é frequentemente considerada como um ponto de partida para a adoção de práticas de CGA (Christ & Burritt, 2015).

Como destacado por Bierer et al. (2015) a CCFM é um elo entre o CCV e o ACV. Enquanto o CCV avalia os impactos econômicos ao longo do ciclo de vida de um produto, considerando custos, receitas e fluxos de caixa, sendo útil para decisões sobre rentabilidade, *design* e tecnologia, o ACV foca na identificação e quantificação dos impactos ambientais de produtos e processos, orientando melhorias ecológicas. A CCFM complementa essas abordagens ao integrar informações físicas e monetárias, orientando decisões econômicas e ambientais.

Esforços para criação de diretrizes globais para essas ferramentas têm sido despendidos ao longo dos últimos anos. A *International Organization Standards* (ISO) emitiu uma série de normas relacionadas à gestão ambiental (ISO 14000) e à responsabilidade social (ISO 26000). Dentro desse escopo encontram-se as normas ISO 14001 – sistema de gestão ambiental, ISO 14040 – avaliação do ciclo de vida (arcabouço), ISO 14044 – avaliação do ciclo de vida (requisitos e diretrizes), ISO 14051 – Contabilidade dos custos de fluxos de material (arcabouço) e ISO 14052 – Contabilidade dos custos de fluxos de material (cadeias de suprimentos).



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem documental, baseada na análise de ementas e referências bibliográficas de disciplinas ofertadas nos programas de graduação e pós-graduação dos cursos de Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Engenharia de Produção da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A seleção dessas instituições considerou sua relevância acadêmica no cenário nacional, bem como seu destaque no *QS World University Rankings: América Latina & Caribe 2025*. Além disso, os cursos escolhidos representam formações com potencial para atuação em áreas de gestão e decisão estratégica. Foram definidos dois grupos de disciplinas para análise:

- Grupo I – Disciplinas de Custos: todas as disciplinas cujos títulos continham o radical “Cust*”, considerando variações como “Custo”, “Custos”, “Custeio” ou “Custeamento”.
- Grupo II – Disciplinas de Sustentabilidade: todas as disciplinas cujos títulos incluíam os radicais “Sustent*” ou “Ambient*”, bem como aquelas que continham explicitamente o termo “Responsabilidade Social”.

Esse delineamento permite avaliar dois movimentos de integração curricular: (i) a presença de temas de sustentabilidade em disciplinas tradicionais da área de custos; e (ii) a presença de temas ligados à mensuração e evidenciação em disciplinas explicitamente voltadas à sustentabilidade.

Foram extraídas as ementas das disciplinas e, quando disponíveis, suas respectivas bibliografias. A coleta ocorreu em maio de 2025, por meio dos sites institucionais: Janus e Júpiter no caso da USP; catálogo de cursos da Diretoria Acadêmica (DAC) no caso da UNICAMP; Sistema de Gestão Acadêmica (SIGA) para graduação e websites institucionais próprios dos programas de pós-graduação no caso da UFRJ.

Os dados foram organizados em planilha eletrônica, contendo: grupo, instituição, unidade, curso, nível, código e nome da disciplina, ementa e referências. Considerou-se apenas uma ocorrência para disciplinas de uma mesma IES com códigos diferentes, mas com mesmo nome e conteúdo. Foram excluídas também as disciplinas nas quais os termos apareciam fora do escopo da pesquisa, como “ambiente” associado ao contexto de ambiente econômico. Itens como critérios de avaliação e traduções não foram incluídos na base da pesquisa.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

As temáticas pesquisadas foram categorizadas em três eixos: (I) ferramentas de custeio e avaliação para sustentabilidade, (II) iniciativas de reporte para sustentabilidade e (III) normas internacionais para sustentabilidade. A extração de dados consistiu na busca binária e sistemática por termos específicos para cada grupo, conforme apresentado na Tabela 1. Foram consideradas não apenas as ocorrências literais dos termos, mas também variações terminológicas, siglas e equivalentes em língua inglesa, sendo registrada apenas a presença ou ausência, independentemente do número de repetições. O processo foi operacionalizado no Microsoft Excel, por meio da função SUMPRODUCT, combinada com operadores lógicos e as funções ISNUMBER e SEARCH, para contar a presença de termos específicos nas ementas e nas referências bibliográficas.

Foi realizado um tratamento de falsos positivos para siglas visando identificação dos casos em que as siglas estavam inseridas em contextos alheios ao escopo da pesquisa (por exemplo, “aGRicultura” como falso positivo para GRI).

Os dados foram analisados no próprio Microsoft Excel, por meio da construção e exploração de tabelas dinâmicas, com o objetivo de identificar padrões, frequências e distribuições temáticas. O conjunto de dados e tabulações está disponível sob demanda.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A busca realizada identificou 89 disciplinas, das quais 13 foram excluídas por não atenderem aos critérios metodológicos da pesquisa. Restaram 76 disciplinas válidas, das quais 22 pertencem ao Grupo I (disciplinas associadas à temática de custos) e 54 ao Grupo II (relacionadas à sustentabilidade). A USP concentra a maioria das ocorrências (64%), seguida pela UFRJ, com 25%, e pela UNICAMP, com 11%. Quanto ao nível de ensino, 66% das disciplinas pertencem à graduação.

Em termos de cursos, destaca-se a predominância das engenharias de produção, com 36% das disciplinas (aproximadamente 8% no Grupo I e 28% no Grupo II). Em seguida, aparecem os cursos de Ciências Contábeis, com 34% (20% no Grupo I e 14% no Grupo II), e Administração, com 30% (1% no Grupo I e 29% no Grupo II).



Tabela 1

Quantidade de Disciplinas que Mencionam as Temáticas

Eixo	Temáticas	Grupo I	Grupo II	TOTAL	%
Ferramentas de Custeio e Avaliação para Sustentabilidade	ACV	0	11	11	14%
	Custos sociais e/ou ambientais	0	4	4	5%
	CCV	1	0	1	1%
	CCFM	0	0	0	0%
Iniciativas de Reporte para Sustentabilidade	Relatórios de sustentabilidade	0	12	12	16%
	Indicadores de sustentabilidade	0	12	12	16%
	GRI	0	9	9	12%
	Balanço Social	0	6	6	8%
	Relato Integrado	0	5	5	7%
	Informações financeiras ^a	0	3	3	4%
Normas Internacionais para Sustentabilidade	ISO 14000 / 14001	0	13	13	17%
	ISO 14040 / 14044	0	3	3	4%
	ISO 26000	0	3	3	4%
	IFRS S1 / S2	0	1	1	1%
	ISO 14051 / 14052	0	0	0	0%

Nota. Dados da pesquisa (2025).

^a relacionadas ao clima e à sustentabilidade.

A análise dos dados apresentados na Tabela 1 evidencia uma concentração do ensino nos eixos normativos e de relato externo. Os temas mais recorrentes nos currículos são as normas ISO 14000 / 14001 (presentes em 17% das disciplinas – grande parte em programas de engenharia), os indicadores e relatórios de sustentabilidade (16% ambos – grande parte em programas de contabilidade) e a avaliação do ciclo de vida (14% – grande parte em programas de engenharia). Normas internacionais que estabelecem diretrizes para a gestão ambiental das organizações são mais recorrentes do que aquelas específicas sobre ACV, embora esta ferramenta seja mencionada, de forma isolada (sem referência à norma), em um número maior de disciplinas. O eixo de ferramentas de custeio e avaliação foi o menos integrado aos currículos, sendo que 95% das disciplinas sequer mencionam termos como “custos sociais” ou “custos ambientais”, apenas uma disciplina evidencia o ensino da ferramenta de custeio CCV, e nenhuma da CCFM. Esse dado reforça a hipótese de que a sustentabilidade, embora presente nos currículos analisados, se manifesta majoritariamente em seu aspecto discursivo ou institucional — sem



transbordar para os campos técnico-quantitativos, onde reside o potencial de transformar princípios sustentáveis em instrumentos efetivos de controle, avaliação e gestão organizacional. Tal lacuna é ainda mais preocupante no contexto das disciplinas de custos, cuja presença de temas de sustentabilidade é praticamente nula. Esse resultado corrobora com a literatura que evidencia a necessidade de aprimorar com urgência o currículo de contabilidade, incorporando temas de sustentabilidade, e adotar pedagogias inclusivas e construtivistas que transformem radicalmente a formação dos futuros profissionais da área. (Cho & Costa, 2024; De Silva & Nilipour, 2024). A mensuração sistemática de custos ambientais, não é apenas uma prática operacional: ela contribui significativamente para o fortalecimento do *accountability*, para a transparência organizacional e para a geração de valor (Christ & Burritt, 2015; Jasch, 2003; Organização das Nações Unidas, 2001). A ausência desses temas nas disciplinas de custos pode indicar uma lacuna formativa crítica, limitando a capacidade dos futuros profissionais de contribuir para práticas empresariais sustentáveis e baseadas em evidências.

Tabela 2

Quantidade de Ferramentas, Iniciativas e Normas Mencionadas nas Disciplinas

Disciplina ^a	IES	Nível	Iniciativas de Reporte	Ferramentas de Custeio e Avaliação	Normas Internacionais	Total
Adequação Ambiental de Empresas II: Sistemas e Programas	USP	Graduação	1	1	4	6
Relato Integrado e Sustentabilidade	USP	Graduação	5	1	0	6
Sociedade, Meio Ambiente e Ciências Contábeis	UFRJ	Pós-graduação	5	0	1	6
Contabilidade e Responsabilidade Social	USP	Graduação	5	0	0	5
Relatórios de Sustentabilidade nos Modelos do ISSB/CBPS	USP	Graduação	4	0	1	5
Introdução aos Relatórios de Sustentabilidade	USP	Graduação	4	0	0	4
Meio Ambiente e Sustentabilidade	USP	Graduação	2	0	2	4
Produção e Sustentabilidade	USP	Graduação	3	1	0	4
Adequação Ambiental de Empresas I: Técnicas de Avaliação	USP	Graduação	0	1	2	3
Gestão Estratégica e Inovação para a Sustentabilidade	USP	Pós-graduação	2	1	0	3

Nota. Dados da pesquisa (2025).

^a Apenas disciplinas que mencionam 3 ou mais ferramentas, iniciativas ou normas.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

A Tabela 2 apresenta as principais disciplinas que abordam as ferramentas apresentadas nesse estudo. Esses achados representam avanços concretos na consolidação de uma formação mais alinhada às exigências contemporâneas de transparência, *accountability* e integração dos princípios da sustentabilidade à prática profissional.

Ainda assim, observa-se que o foco recai predominantemente sobre os aspectos de reporte e normativo, com limitada — ou, em alguns casos, inexistente — articulação com ferramentas de custeio e avaliação. Apesar dessa lacuna, o conjunto de disciplinas aqui identificado constitui uma amostra relevante de boas práticas curriculares. Ao revelar caminhos já trilhados por diferentes cursos e instituições, esse grupo pode inspirar movimentos semelhantes em outras realidades acadêmicas.

Nesse contexto, merece destaque a disciplina Gestão Estratégica de Custos/CMS e ABC, da USP, que, embora não mencione diretamente os demais temas mapeados nesta pesquisa, foi a única a evidenciar a integração com uma ferramenta de custeio oriunda da literatura da Contabilidade da Gestão Ambiental (CGA): o Custeio por Ciclo de Vida (CCV).

CONCLUSÕES

Os resultados desta pesquisa indicam que aspectos relacionados a mensuração e evidenciação para sustentabilidade são abordados de forma restrita e limitada a aspectos retóricos, normativos e de responsabilidade institucional nas ementas dos cursos de negócios analisados. A integração de ferramentas de custeio e avaliação econômico-ambiental, fundamentais para a materialização da sustentabilidade em práticas organizacionais, é praticamente inexistente.

Esse desalinhamento revela uma contradição: enquanto a literatura e as normativas internacionais defendem a adoção de ferramentas como CCFM, CCV e ACV para apoiar decisões sustentáveis, os currículos das principais IES brasileiras ainda negligenciam sua inclusão. Essa ausência compromete a formação de profissionais preparados para lidar com os desafios da sustentabilidade em sua dimensão operacional e quantitativa.

No contexto das políticas públicas de educação ambiental, especialmente à luz do ODS 4.7 e da Lei nº 9.795 (1999), torna-se urgente uma revisão estrutural dos projetos pedagógicos. A sustentabilidade deve deixar de ocupar uma posição periférica nos currículos e passar a integrar, de forma transversal, os componentes de base técnica, como é o caso das disciplinas de análise e gestão de custos.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Este estudo apresenta limitações inerentes ao seu delineamento metodológico. A análise se restringe às ementas e referências bibliográficas disponíveis nos sistemas acadêmicos, não contemplando o conteúdo efetivamente trabalhado em sala de aula, a abordagem metodológica dos docentes nem os materiais complementares utilizados.

Diante disso, sugere-se que pesquisas futuras avancem na análise qualitativa dos currículos ou possivelmente no levantamento das oportunidades, barreiras e limitações para integração de temas de mensuração e evidenciação para sustentabilidade nos currículos, incorporando métodos como entrevistas com docentes e a aplicação de questionários a discentes.

Os autores declaram que não há conflitos de interesse associados a este estudo.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- Barth, M., Godemann, J., Rieckmann, M., & Stoltenberg, U. (2007). Developing key competencies for sustainable development in higher education. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 8(4), 416–430.
<https://doi.org/10.1108/14676370710823582>
- Bierer, A., Götze, U., Meynerts, L., & Sygulla, R. (2015). Integrating life cycle costing and life cycle assessment using extended material flow cost accounting. *Journal of Cleaner Production*, 108, 1289–1301. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.08.036>
- Bizerril, M., Rosa, M. J., Carvalho, T., & Pedrosa, J. (2018). Sustainability in higher education: A review of contributions from Portuguese Speaking Countries. In *Journal of Cleaner Production* (Vol. 171, pp. 600–612). Elsevier Ltd.
<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.10.048>
- Burritt, R. L., Herzig, C., Schaltegger, S., & Viere, T. (2019). Diffusion of environmental management accounting for cleaner production: Evidence from some case studies. *Journal of Cleaner Production*, 224, 479–491.
<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.03.227>
- Cho, C. H., & Costa, E. (2024). Sustainability accounting education: challenges and outlook. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 25(7), 1412–1425.
<https://doi.org/10.1108/IJSHE-02-2024-0152>
- Christ, K. L., & Burritt, R. L. (2015). Material flow cost accounting: A review and agenda for future research. In *Journal of Cleaner Production* (Vol. 108, pp. 1378–1389). Elsevier Ltd. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.09.005>
- De Silva, T.-A., & Nilipour, A. (2024). Is the accounting curricula keeping up with sustainability development? *Accounting Education*, 1–29.
<https://doi.org/10.1080/09639284.2024.2351951>
- Disterheft, A., Caeiro, S., Azeiteiro, U. M., & Leal Filho, W. (2013). Sustainability Science and Education for Sustainable Development in Universities: A Way for Transition. In *Sustainability Assessment Tools in Higher Education Institutions* (pp. 3–27). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-02375-5_1



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

- Jasch, C. (2003). The use of Environmental Management Accounting (EMA) for identifying environmental costs. *Journal of Cleaner Production*, 11(6), 667–676.
[https://doi.org/10.1016/S0959-6526\(02\)00107-5](https://doi.org/10.1016/S0959-6526(02)00107-5)
- Kokubu, K., Kitada, H., Nishitani, K., & Shinohara, A. (2023). How material flow cost accounting contributes to the SDGs through improving management decision-making. *Journal of Material Cycles and Waste Management*. <https://doi.org/10.1007/s10163-023-01696-7>
- Lei 9.795 de 27 de abril de 1999. (1999). *Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências*. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm
- Organização das Nações Unidas. (2001). *Environmental Management Accounting: Procedures and Principles*.
<https://www.un.org/esa/sustdev/publications/proceduresandprinciples.pdf>
- Rocha, F. S., Furtado, P. de M. L., Gomes, M. Z., & Siqueira, J. R. (2022, Setembro). Pesquisa científica sobre Educação para Sustentabilidade: Análise dos trabalhos publicados em periódicos nacionais de contabilidade. *XLVI Encontro Da ANPAD - EnANPAD 2022*.
<https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/b7f520a55897b35e6eb462bbf80915c6.pdf>
- Schaltegger, S., & Zvezdov, D. (2015). Expanding material flow cost accounting. Framework, review and potentials. *Journal of Cleaner Production*, 108, 1333–1341.
<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.08.040>
- Stough, T., Ceulemans, K., Lambrechts, W., & Cappuyns, V. (2018). Assessing sustainability in higher education curricula: A critical reflection on validity issues. *Journal of Cleaner Production*, 172, 4456–4466. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.02.017>